



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11128 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE BELO HORIZONTE COMO AMPLIAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Palloma Victória Nunes E Silva - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Brenda Maria Dias Araujo - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE BELO HORIZONTE COMO AMPLIAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Quando se pensa em escola para mulheres, o Brasil não ficou imune a tendências emanadas de países europeus onde a instrução feminina se relacionou diretamente com o trabalho a partir do século XIX. Lá, a fábrica foi o lugar onde as mulheres uma vez mais se sujeitavam à dominação e ao aniquilamento; como operárias, tiveram não só sua força de trabalho, mas ainda sua criatividade, subjugada a imposições patronais. No Brasil, as escolas foram o lugar inicial de trabalho da mulher, enquanto a docência foi seu labor. Nessa dimensão, relações assimétricas e hierarquizantes entre homens e mulheres se fizeram presentes; como preferência por eles para ocupar cargos de direção e inspeção e na vocação maternal atribuída a elas como professoras. Ao mesmo tempo, a escola foi o lugar onde as mulheres puderam se formar para atuar profissionalmente em outras áreas que não a instrução escolar. Assim é que puderam penetrar em áreas de indústria e comércio como o ramo da indumentária, seja no desenho de moldes e modelos, na confecção de peças e na venda propriamente dita. Fabricantes e distribuidores compuseram empresas cujo funcionamento administrativo se abriu ao trabalho feminino, fosse como datilógrafas, telegrafistas ou secretárias, dentre outras profissões.

Este estudo permeia tal cenário ao abordar faceta do ensino profissional para mulheres na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX,

sendo de 1909 a 1920. A abordagem incide no caso da Escola Profissional Feminina, surgida como possibilidade de formação profissional para moças (pobres) que as qualificaria à produção laboral formal, ou seja, para ajudar no sustento familiar trabalhando fora lar, como faziam pais, irmãos e maridos.

Fundada por Benjamin Flores como instituição particular, tal escola surgiu no rastro do decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que prescreveu a criação de escolas de aprendizes em capitais e, logo, o ensino profissional gratuito. Em Belo Horizonte, essa medida deu azo ao surgimento de uma escola profissional para mulheres, que, em 1919, foi reconhecida e chancelada pelo governo de Minas Gerais, com legitimação do diploma e concessão de subsídios para viabilizar a escolarização a um número maior de mulheres, que passariam a compor a esfera pública como profissionais. Ao adotar o lema de feição patriótica de preparar as moças da capital à luta pela vida, a favor delas e da pátria, a escola deixou entrever um ideal alinhado em discursos de ordem variada que não escondem relações controversas entre práticas e estrutura sociais. Na nova capital mineira, tais relações se evidenciaram no espaço em que o pobre era visto como uma mancha escura na pureza e no frescor da moderna capital.

Tal pesquisa se norteia pela questão: a construção e implementação da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte viabilizou mudanças na condição social da mulher ante os processos que ocorriam na nova capital mineira? Com efeito, o estudo objetivou compor uma contextualização histórico-descritiva das condições econômicas e sociais e dos movimentos político-educacionais subjacentes e influentes na fundação e no funcionamento da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte em seus primeiros anos.

Tal contextualização se apoia na leitura histórico-crítica de fontes como o jornal Minas Geraes, mensagens de governo (Minas Gerais e Brasil) e legislação educacional, dentre outras. Dada a inter-relação do ensino profissional com a noção de classe social (pobreza e exclusão) na dinâmica da vida em Belo Horizonte, tal documentação foi analisada segundo procedimentos metodológico-conceituais do materialismo histórico dialético. Aí se incluem, sobretudo, a articulação do local com o global e as contradições e tensões emanadas dos movimentos que se projetam em tal articulação.

Após a proclamação da República no Brasil, a escola pública passou a ser vista como espaço privilegiado para formar moral e civicamente os cidadãos da República; ou seja, era parte-chave do ideal de progresso suscitado pelos republicanos. Progresso este, supostamente, travado pelo analfabetismo, herança da monarquia. Vista como essencial pelo novo regime, a escola foi valorizada como espaço de civilização cujo público-alvo se tornaria apto a participar da nova ordem; ordem na qual a formação técnico-profissional se faria necessária ao desenvolvimento econômico. A ideia de escolarização com essa feição e intenção passou a permear discursos e ações difundidos entre o fim do século XIX e o início do XX. Legisladores e educadores tomaram a frente organizacional escolar, sobretudo no meio rural, onde estava a maior parte da população.

Segundo Gomes e Chamon (2010, p. 3), o ensino profissional se ligava “ao discurso republicano do início do século”, destinado a “legitimar o novo regime político” como capaz de levar o país ao futuro “pelas vias do progresso”. Nesse regime, haveria a projeção da mulher no espaço das profissões e do mercado de trabalho, como na capital tida como símbolo da República (sobretudo em Minas Gerais). Exemplo dessa projeção foi a iniciativa de criar uma escola profissional só para mulheres: a Escola Profissional Feminina, fundada por Benjamin Flores.

No dizer daqueles autores, de fato Belo Horizonte representava uma cidade moderna, uma vez que foi planejada com um foco de civilização e progresso. Era de se esperar um novo cenário para a urbe, que, por isso, tinha de constituir novos espaços e novas práticas sociais, comerciais, culturais e educacionais a ser incorporadas no novo modelo de sociedade e cidadão que se pretendia formar. Daí que o ensino profissional, em específico a Escola Profissional Feminina, traz os ares da modernidade, de novas sensibilidades a ser integradas nesse discurso de uma cidade que almejava se destacar como capital. Ela foi importante para que as mulheres conquistassem o direito à instrução; ou seja, foi relevante para o projeto de Belo Horizonte como capital republicana modelo, onde a democracia seria *mesmo* a diretriz da polis; ainda que fossem mantidos arraigados hábitos antigos, como afirmam Gomes e Chamon (2010).

Com efeito, o ensino profissional trazia ao discurso republicano a ideia de futuro promissor, de progresso; e a criação de uma escola profissional para mulheres na recém-criada capital mineira seria exemplo para o país, que adentrava um novo tempo, o da República. Numa cidade republicana como Belo Horizonte, a mulher teria, então, um lugar social para se desenvolver que ia além da docência em escolas primárias e normais; isso porque, como capital, a cidade se abriria a investimentos de monta em seu desenvolvimento econômico, fosse pela indústria ou comércio. Gomes e Chamon (2010, p. 5) endossam esse raciocínio ao dizerem que a Escola Profissional Feminina procurou “[...] construir a representação de um ensino articulado aos valores modernos em uma cidade moderna — Belo Horizonte”. Nesse sentido — dizem —, a escola traria um “[...] método de ensino moderno, adequado à sociedade capitalista-industrial”. Mais que isso, a escola seria “produto de novas sensibilidades”, reflexo do “moderno, em uma cidade moderna”, representação da “vontade de mudança em relação ao lugar da mulher na sociedade”.

Por outro lado, o projeto da escola era “passo difícil de ser dado” (GOMES; CHAMON, 2010, p. 5). Com efeito, a Escola Profissional Feminina funcionou à custa, sobretudo, dos esforços de seu fundador. Para serem acessíveis a populações carentes de recursos financeiros, as mensalidades da escola tinham valores módicos. Em 1919, foi dada a chancela do Estado: subsídios e reconhecimento dos diplomas pelo governo mineiro. A partir desse momento, a escola e seu funcionamento se tornaram assunto recorrente na imprensa, sobretudo no jornal *Minas Gerais*, como na edição de 23 de janeiro de 1920 (p. 4).

O texto do jornal apresentou a escola pelo ponto de vista curricular, dos tempos

escolares e do corpo docente. Nesse sentido, foi dito que a Escola Profissional Feminina era uma “instituição de ensino técnico e profissional” e com “duração indefinida”; seu era “preparar suas alunas” com “sólidos conhecimentos de uma arte ou profissão”, a fim de “torná-las na luta pela vida, úteis a si e à pátria”. O ensino seria “prático” e “utilitário”, distribuído em dois cursos: “Básico e Profissional”. O básico compreendia o estudo de línguas portuguesa, francesa ou inglesa, de matemática, geografia e história, de ciências físicas e naturais, educação moral e cívica, além de economia doméstica. O ensino “Profissional” compreendia o aprendizado de uma arte ou de artes ou profissões. O curso ocorria em três anos; as alunas eram diplomadas como “Normalista Profissional”. Foram presumidos cursos especiais: “Chimica-analytica”, “guarda-livros”, “desenho”, “dactylographia”, “tackygraphia”, “telegrafia”. Era permitida a matrícula de “alunas avulsas”, ou seja, que desejavam frequentar só as aulas de “costura”, bordados, flores, chapéus, pastelaria ou de arte culinária e indústrias domésticas”. Nesse caso, a aluna se formava como “Certificado de Mestra”. Candidatas à matrícula deveriam ter mais de 12 anos de idade, já saberem ler e escrever, serem vacinadas e não terem moléstia infecto-contagiosa.

Em que pesem a vontade e força de cada aluna, é preciso notar as consequências do uso das máquinas por elas. Assim, concluímos que se as máquinas tecelãs e de outras modalidades fabris tiraram as mulheres do lar, do foro privado, do jugo masculino, do olhar religioso. Houve avanços no processo de mudança na condição social feminina. Seres cognoscentes, as mulheres dominaram a técnica na fábrica, o conhecimento da máquina e seus usos, e dele fizeram uso para sair da fábrica, ou seja, para entrar em outros campos laborais, sejam cursos de costura em lojas sob os auspícios de distribuidoras das máquinas ou a confecção independente. A seu turno, a máquina de datilografar levou ao trabalho escriturário, de tal maneira que a datilógrafa podia avançar na hierarquia do escritório e chegar a cargos de secretária e até de chefia.

A criação do ensino profissional feminino em Belo Horizonte veio não só reiterar os ideais republicanos atribuídos à cidade, mas ainda destacar a sensibilidade de seu fundador, um homem seguramente em sintonia com seu tempo. Até sua morte, em 1946, conduziu seu projeto de escola com a convicção de que um futuro para as mulheres na capital Belo Horizonte dependia de uma escola do presente. Ou seja, precisava de uma escola que traduzisse os movimentos de reação da sociedade mineira aos processos que se lhe impuseram. A sociedade da capital não só desejou tal escola, como a alimentou até os anos 1960, pois a privilegiava como lugar de formação de sua prole feminina. Formação que criou condições para que as mulheres se estabelecessem em outros patamares da produção social que não só o lar e a escola; e sem que isso lhes gerasse constrangimentos, tensões, conflitos e jogos de submissão paternal.

Dentro dos limites gráfico-editoriais deste texto, conjugar elementos histórico-conceituais com elementos histórico-contextuais nos obrigou a discorrer com parcimônia e calibrar o aprofundamento e detalhamento. Assim, estas notas históricas sobre Escola Profissional Feminina ficam alheias a desdobramentos da escola após a década de 1920. Mais:

dos seus primórdios — os anos 1910 —, são escassos os documentos que registraram sua existência e funcionamento, ou seja, a presença, a permanência e a atividade escolar das alunas, dentre outros pontos. Dos anos 1920 à década de 1960 há fontes mais abundantes, as quais foram exploradas em outros trabalhos que publicamos sobre essa escola.

Palavras-chave: Educação Profissional Feminina. Primeira República. Capital Mineira. Pobreza e Marginalização.

REFERÊNCIAS

GOMES, Warley A.; CHAMON, C. S. Entre o trabalho, a escola e o lar: o caso da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 2., Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, MG, 23 de janeiro de 1920, ano XXIX, n. 19, “Seção alheia”.